
JOSÉ MANUEL PUREZA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

O príncipe e o pobre: o estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção*

363

Por que razão não há uma teoria internacional em Portugal? Este artigo procura responder a esta pergunta, partindo da hipótese de que essa ausência é um legado da matriz cultural realista que tem dominado epistemológica, ontológica e metodologicamente a disciplina das Relações Internacionais. Analisadas as principais

vertentes desta matriz e rastreado o modo como a escassa produção teórica portuguesa se tem revisto nelas, inventariam-se de seguida as tarefas intelectuais necessárias a uma abertura das Relações Internacionais, em especial os conteúdos de uma nova agenda de investigação.

Quem quer que ensaie um rastreio da produção teórica portuguesa sobre Relações Internacionais (RI) será obrigado a repetir, com ironia magoada, o conhecido título de Martin Wight: «Why is there no international relations theory?» (Wight, 1966). Em primeiro lugar, é manifesto que não há teoria internacional em Portugal e que essa ausência é uma expressão académica quer do anti-cosmopolitismo prolongadamente professado entre nós (com especial responsabilidade para as universidades portuguesas), quer também da posição periférica ocupada por Portugal no xadrez político e intelectual internacional. Por outro lado, tal como Wight pôs em evidência, esse vazio é um corolário da tradição realista em RI e das aporias que a identificam.

Sobre este fundo, tentarei demonstrar neste artigo que essa pobreza teórica, sendo particularmente pungente em Portugal, não é uma questão portuguesa. Impõe-se considerar essa debilidade teórica como um legado da matriz teórica

«We don't see things as they are, we see them as we are»

Anaïs Nin

«Theory is always for someone, for some purpose»

Robert Cox

* Agradeço a João Gomes Cravinho e a Ivan Nunes os comentários à versão inicial deste texto. Agradeço também a Lino Teixeira a ajuda na recolha e tratamento do material que serviu de base à sua elaboração.

A teoria internacional em Portugal

realista das RI. Nesse sentido, o que é mais preocupante em Portugal é que, tendo sido, há mais de uma década, proclamado o estilhaçar do consenso realista que tem dominado as RI (Hoffman, 1989: 60) – e tendo, a partir de então, florescido um debate inter-paradigmático que converge para a tese de que as RI podem ser diferentes do que são, quer no plano teórico, quer no plano prático – o debate pós-positivista continue praticamente sem ecos no nosso país (Pureza, 1998: 79). Este artigo pretende ser um contributo para quebrar esse inquietante silêncio.

São absolutamente excepcionais em Portugal os exercícios de reflexão e elaboração teórica em RI. Essas raras exceções seguem um de dois caminhos: uns (Rato, 1991 e 1998; Gaspar, 1991 e 1998) utilizam aprofundadamente o arsenal argumentativo do realismo, numa perspectiva de ruptura com o tradicional enfeudamento das RI ao formalismo jurídicista; outros (Silva Fernandes, 1991; Cravinho, 1998; Almeida, 1998) buscam já caminhos teóricos alternativos ao realismo, a quem criticam insuficiências endémicas e excessos de autocontenção. No entanto, a formulação aprofundada de um quadro teórico das RI continua a resumir-se, ainda hoje, a uma única obra de fundo: a *Teoria das Relações Internacionais*, de Adriano Moreira (1997)¹.

Sendo indiscutivelmente um texto matricial para o estudo das RI em Portugal, a *Teoria* de Adriano Moreira é igualmente marcante pela tentativa de balizar o saber académico e o senso comum em matéria internacional com duas referências de sinal oposto. Por um lado, um normativismo de fundamento jusnaturalista: a comunidade internacional, a Humanidade como «entidade social real», fonte de interesses e de um património comuns, é a expressão de que «o mundo tende para a unidade» (1997: 35), o que confere um estatuto fundamental a um «direito natural que, independentemente do facto de não existir um poder político, e acolhendo o pluralismo cultural das várias comunidades, seja um padrão comum das novas relações comunitárias» (1997: 28). Por outro lado, porém, essa comunidade internacional vive ainda em estado de natureza e tal circunstância, para Adriano Moreira, torna inevitável o reconhecimento do «poder como facto essencial da política interna e externa e a necessidade

¹ A edição citada é a segunda. A primeira edição da *Teoria das Relações Internacionais* data de 1996.

de basear o processo decisório na percepção dos factos» (1997: 43). Há nesta aceitação dos universos conceptuais que reconduzem, em última análise, a Morgenthau, muito de fatalidade: «no persistente estado de natureza da comunidade internacional, o poder e a força, com a subida aos extremos da guerra, continuam a ser os fenómenos que desafiam a racionalização teórica e um normativismo ético-jurídico aceite e eficaz» (1997: 253).

O ideal da comunidade internacional é assim, na *Teoria* de Adriano Moreira, inapelavelmente batido pelo teste dos factos: «os factos da vida internacional não têm desmentido que as boas armas assumem o ditado do que entendem ser as boas leis, impondo uma ordem que não coincide necessariamente com a justiça» (1997: 29). Ora, este imperativo da conversão aos factos, este prudente acolhimento de um «realismo metódico», aproximam Adriano Moreira da tradição realista, tomada esta no seu sentido mais agregador. Por certo não do realismo clássico, de pendor maquiavélico (a cujo filão Moreira contrapõe expressamente o do humanismo cristão). Aliás, esta deliberada opção por um sincretismo doutrinário é expressamente assumida por Adriano Moreira na Nota Prévia à sua obra, nos seguintes termos:

Embora aceitemos que a power politics da orientação realista de Morgenthau continua a corresponder ao núcleo central e identificador do fenómeno político, é sobretudo a disfunção dos sistemas que mostra como a luta pela conquista, manutenção e exercício do poder (Weber) não esgota a temática, sobretudo se for exacto, como temos adiantado, que cresce a importância de uma política sem poder. Por isso é frequente reconhecer-se a unilateralidade de cada uma das três fundamentais tradições ocidentais do pensamento político internacional, que são o realismo maquiavélico, o racionalismo grociano e o cosmopolitismo kantiano, porque só cada uma delas é insuficiente para racionalizar a persistência dos sistemas e a disfunção, uma alternância evidente neste fim de século. (Moreira, 1997: 8)

Este afastamento do realismo maquiavélico em nada obsta, porém, a uma manifesta proximidade das teses do realismo estrutural ou neo-realismo, que toma por fixo o carácter anárquico do sistema inter-estatal e por suprema a sua sobredeterminação relativamente a cada uma das unidades componentes do sistema. A comprová-lo está a flagrante similitude entre a argumentação de Adriano Moreira antes citada e a que encontramos num dos pais fundadores do neo-realismo, Kenneth Waltz:

Num sistema político com vários Estados soberanos, sem um sistema jurídico coercivo, em que cada Estado decide qual é o seu próprio interesse, os conflitos, e por vezes as guerras, acontecem fatalmente. Nesta situação, para conquistarem uma posição política favorável, os Estados apenas podem confiar nas suas capacidades. (Waltz, 1959: 159)

Corroborando este absoluto estatocentrismo de cariz realista, Calvet de Magalhães aponta como definição da política externa

o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo. A política internacional compreende as interações dos diferentes Estados pelo que podemos dizer, de uma forma muito genérica, que a política internacional compreende o conjunto das diversas políticas externas dos Estados. (Magalhães, 1995: 23)

Para a execução das políticas externas, os Estados dispõem tanto de técnicas de carácter pacífico (a diplomacia) como de instrumentos de carácter violento (a guerra) (*idem*: 25). Adriano Moreira e Calvet de Magalhães convergem, pois, para o retrato aroniano das RI e para a identificação dos seus dois protagonistas: o diplomata e o soldado.

Aceitando implicitamente o fundo da opção realista, boa parte da literatura portuguesa de RI tem-se desligado do debate teórico e tem-se dedicado à percepção de cenários geopolíticos concretos, sobretudo de âmbito regional ou directamente relacionados com a política externa portuguesa. Exemplo destacado desta óptica é o estudo organizado por Álvaro Vasconcelos sobre a integração político-económica no mundo pós-guerra fria, materializado num estudo de caso comparativo dos processos de integração europeu e latino-americano. Aí se sustenta a hipótese de uma «integração aberta», isto é, de um processo integrador assente nos valores da democracia política, da diversidade cultural e religiosa e da participação dos cidadãos. Essa construção serve de base a um cenário multi-regional triádico, que o autor apresenta como «um factor fundamental de organização e estabilidade num sistema internacional caracterizado pela difusão do poder e pela impossibilidade de qualquer país, inclusivamente os Estados Unidos, manter alianças estáveis a partir de alinhamentos estratégicos assentes em antagonismos consistentes» (Vasconcelos, 1995: 19).

Nem sempre, porém, a análise de cenários geopolíticos concretos se alheia da contextualização teórica. O estudo de

Nuno Severiano Teixeira sobre a União Europeia como actor internacional (1998: 119) constitui um importante exemplo de elaboração teórica a partir de um estudo de caso. Teixeira diagnostica a insuficiência manifesta do paradigma realista para captar a novidade e a especificidade da realidade comunitária no plano da política externa. À luz do realismo estatocêntrico, são igualmente legítimas duas teses sobre a presença da União na cena internacional: por um lado, a que defende estarmos em face da afirmação de um actor pleno, como resultado de uma concentração de poder superior à da grande maioria dos Estados; por outro, a que sustenta que a sua falta de unidade e de consistência tornam óbvia a inexistência de uma política externa e de segurança comuns. Apesar de contraditórias, as duas teses são verdadeiras, como sublinha Teixeira, pelo que conclui que «de um ponto de vista analítico e se quisermos compreender, hoje, essa acção externa, teremos de abandonar o paradigma clássico do realismo e tomar em consideração a natureza específica da União: não é simplesmente um actor, mas é, igualmente, um processo, ou melhor, um 'actor em processo'» (1998: 122).

367

O carácter residual do trabalho de teorização das RI em Portugal é, acima de tudo, uma expressão concreta da matriz cultural realista que tem dominado este campo entre nós. Causticamente, Ken Booth retratou as RI rendidas a essa hegemonia do realismo como sendo mais catequese dominical do que pesquisa universitária:

Crítica do realismo

Aprenderam-se citações seleccionadas dos livros sagrados. A qualidade do pensamento foi avaliada em função da sua capacidade de reproduzir os cânones do passado. Os estudantes foram rapidamente socializados com normas profissionais, as quais, mais do que desafiar, veiculavam um pensamento dado. Os estudantes não ficavam a conhecer as coisas como elas eram, mas sim como eram ensinadas, e o que delas era ensinado afastava-as, mais do que as comprometia com as vidas dos seres humanos em todo o planeta. (Booth, 1995: 329-330)

Esta crítica pode ser desdobrada em três aspectos.

a) Em primeiro lugar, a *pobreza teórica*. O realismo divorciou as RI de todos os desenvolvimentos ocorridos na Sociologia ou na Filosofia. Parou no tempo, fixou-se numa construção elementar e tornou as RI num campo intelectualmente arcaico.

O realismo é uma ontologia, política e academicamente entronizada, em que o «mundo real» que está «lá fora» é aquele em que «os Estados estão envolvidos numa luta sem fim entre si (porque essa é a natureza dos Estados num mundo anárquico); em que o poder é necessário para sobreviver aí ou para continuar a lutar; em que todos os Estados são potencialmente inimigos; mas em que o pior pode ser evitado por uma diplomacia inteligente e pelo facto de que todos partilham a mesma concepção [utilitarista] de comportamento racional» (Rothstein, 1972: 351). Esta imagem do mundo que os «livros sagrados» do realismo fornecem é muito limitada. Toda a complexidade, ambiguidade e heterogeneidade da vida foi reduzida pelo discurso compressor do realismo a um retrato simplista e cru que se esgota na suspensão de cada um para com os outros e na consequente luta de todos contra todos.

Vasco Rato, o autor português que mais aprofundada e sistematicamente tem vindo a explorar os caminhos teóricos do realismo, veio recentemente clarificar esse belicismo endémico da matriz realista das RI:

Ao contrário dos teóricos da paz democrática [...], os realistas consideram que a paz não pode ser permanente dado que a anarquia e a insegurança são uma qualidade inerente ao sistema de Estados. Nesse sentido, os Estados devem estar preparados para a guerra, pois os aliados de hoje podem ser amanhã os seus adversários [...]. (Rato: 1998: 110)

O mesmo autor já anteriormente diagnosticara essa obsessão fascinada do realismo pela guerra:

[...] os Estados visam maximizar o seu poder e, simultaneamente, minimizar os potenciais perigos para a sua sobrevivência, ou seja, minimizar o poder potencial de todos os outros Estados. Consequentemente, a lógica desta imagem do sistema implica uma conflitualidade permanente, uma vez que o poder é um recurso limitado e o poder do Estado A é aumentado necessariamente em prejuízo do Estado B. [...] Todo o sistema internacional é, pois, estimulado pela violência ou pela ameaça de violência; a paz é algo que existe por breves períodos, entre conflitos, mas que não pode ser considerada como 'o estado natural das coisas'. (Rato: 1991: 25)

Esta primazia absoluta (a roçar o exclusivismo) da política de poder e da permanente virtualidade conflitual não resiste, porém, à pura observação dos factos. Logo aí, mesmo se nos ativermos ao relacionamento inter-estatal, se evidenciam

«padrões de relacionamento caracterizados pela complementaridade entre comportamentos conflituais e [...] atitudes de coordenação, cooperação e mesmo colaboração e, por outro lado, ao inerente reordenamento das respectivas prioridades de acção» (Santos, 1996: 91). Aliás, como lembra João Gomes Cravinho (1998: 34), o próprio conceito de poder sempre foi objecto de uma leitura muito superficial pela tradição realista: «quando surgiam discrepâncias entre capacidades e resultados [...] era costume resolver-se o paradoxo através de referências a factores vagos como 'motivação', que funcionavam como cheques em branco para suprir a diferença entre aquilo que era suposto acontecer e aquilo que acontecera».

369

b) A segunda nota crítica prende-se com a *ocultação da intencionalidade ideológica do realismo*. Aferida pelos cânones do positivismo, a pretensão de cientificidade impõe às RI a exclusão de quaisquer questões normativas do seu campo de incidência (Neufeld, 1995: 36). Valores e factos pressupõem-se separados e só estes, nunca aqueles, constituem balizas da verdadeira cientificidade. Esta é, pela definição positivista, afastada de pré-compreensões valorativas, as quais são encaradas como simples respostas emocionais e subjectivas a situações de facto.

Esse marcado dualismo serve de alicerce à indissociabilidade entre conservadorismo e realismo. A já referida «conversão aos factos» como fasquia da racionalidade funcionou (e funciona) invariavelmente como condicionamento dos comportamentos políticos internacionais, legitimando uns (os que são conformes com os ditames do mundo anárquico da *power politics*) e remetendo outros para o desprezível campo do idealismo ingénuo. O credo realista remeteu todo o trabalho de RI à estrita função de *problem-solving*, o que significa que o realismo «aceita o mundo tal como ele está e toma as relações sociais e de poder dominantes e as instituições em que estas são organizadas como quadro pré-determinado» (Cox, 1981: 128). Deste modo, o realismo é, paradoxalmente, prescritivo, pois que aceita a ordem internacional estabelecida como um dado e suporta ideologicamente a sua perpetuação (Devetak, 1995: 150). Neste sentido, ao reflectir sobre o impacte desestruturador da Guerra do Golfo, traduzido na «ressurgência das teorias da guerra justa, em contraponto com os princípios realistas da razão de Estado», Carlos Gaspar sublinha que

do lado do paradigma realista [...] o que está em causa na crise do Golfo [...] será, por um lado, limitar as avarias provocadas pela perturbação regional e, por outro, encontrar uma porta de saída sem prejudicar as condições possíveis de estabilidade internacional [...]. Esta é a definição coerente com a ética da responsabilidade, fundamento da razão de Estado (Gaspar, 1991: 49).

Eis como, perante a emergência de argumentos morais, o realismo faz «descer à terra», isto é, à ordem e à estabilidade.

Mas devemos ir mais longe nesta desconstrução da *value-free theory* assumida como cânone pelo realismo: esta aparente alergia a valores cultivada pelo realismo constituiu, desde o início, uma estratégia de combate ideológico. Primeiro, fornecendo à classe dirigente norte-americana quadros de raciocínio próprios de uma grande potência e não de um país altruisticamente apostado na regeneração ético-política do sistema internacional (Almeida, 1998: 56); depois, no contexto da Guerra Fria, a imagem da *power politics* alimentou e estimulou o confronto. Em boa verdade, o realismo é o discurso teórico apetecido pela intelectualidade anglo-saxónica que patrocinou a Guerra Fria (George, 1994: 13) ou até não mais do que «uma ciência social norte-americana» (Hoffman, 1977; Wæver, 1998). Vale como síntese a este respeito a adaptação que Andrew Linklater (1996: 243) fez de um conhecido título de Alexander Wendt [«anarchy is what you make of it»]: «a anarquia é o que as grandes potências fazem dela».

Geneticamente marcadas pela tradição realista, as RI – mesmo em variantes teóricas ulteriores – têm subalternizado alguns discursos (o idealismo, o normativismo) e ignorado muitos outros (o das mulheres, o dos povos colonizados). Este silêncio é ruidoso (Booth, 1995: 333).

c) Em terceiro lugar, o realismo é, metodologicamente, *uma apologia do eterno presente*, sem vocação para pensar a transformação da realidade internacional. O futuro, enquanto possibilidade de diferença, é pura e simplesmente ignorado pela agenda de investigação e pelo senso comum realistas, que se fundam numa pura racionalidade técnica (*problem-solving*) (Ashley, 1981: 207) e afastam quaisquer traços de racionalidade emancipatória.

O realismo dialoga exclusivamente com o passado, na busca de regularidades que confirmem sentido à vida internacional e permitam interpretar o fluir da realidade segundo gre-

lhas conceptuais estáveis. O realismo mais cru, de Morgenthau ou Niebuhr, tinha essa âncora numa suposta permanência egoísta e conflitual da natureza humana. O realismo estrutural contemporâneo não é, porém, menos retrospectivo e inviabilizador da reivenção da política internacional, ao assentar no pressuposto da anarquia endémica do sistema internacional como um dado que existe acima de quaisquer construções teóricas.

«Aprender com a História», eis o mandamento proclamado por Morgenthau (Almeida, 1998: 59). Este imperativo de aferição das iniciativas políticas internacionais pela alegada regularidade da natureza humana, da anarquia do sistema internacional e da *power politics* assenta na convicção de que há uma realidade objectiva – o «mundo lá fora» – separado e distinto das elaborações intelectuais. Assim, à ciência das RI não cabe mais do que coligir acriticamente factos objectivos da vida política internacional, construir a partir da sua observação linhas de regularidade e aferir a validade de todos os comportamentos pela sua correspondência com essas linhas – a «verdade como correspondência», assinala Neufeld (1995: 33).

A tradição realista perfila-se assim como uma condensação, no campo teórico das RI, de todas as principais componentes do positivismo. Em primeiro lugar, o *naturalismo*, isto é, a indiferenciação entre ciências naturais e ciências sociais, com a aplicação dos cânones epistemológicos e metodológicos daquelas ao objecto específico destas. Em segundo lugar, o *objectivismo*, a defesa de um conhecimento do mundo independente da subjectividade do observador, uma total separação entre factos, valores e interpretações. Terceiro, o *empirismo* epistemológico, ou seja, a validação dos objectos de análise e das agendas de investigação com base nos factos. Por fim, o carácter *retrospectivo* de toda a teoria internacional, orientada para uma busca de regularidades e para a sua consagração como pilares do conhecimento científico da realidade internacional (Smith, 1996: 16; George, 1994: 19).

Na síntese de Steve Smith, «o positivismo em RI, como em todas as ciências sociais, foi essencialmente uma imposição metodológica, articulada com uma epistemologia empirista: juntas, elas resultaram num leque muito restritivo de formulações ontológicas admissíveis» (Smith, 1996: 17).

O viés catequético e retrógrado da tradição realista-positivista em RI tornou-se intelectualmente insustentável. Impõe-

**Para
reinventar as
Relações
Internacionais**

-se, por isso, operar uma ruptura com os mitos fundadores da disciplina (Booth, 1996: 332) e reinventá-la ontológica, epistemológica e metodologicamente. O que fazer para abrir as RI?

Acima de tudo, abrir intelectual e cientificamente as RI significa formar novas imagens da vida internacional, que superem o imobilismo cru (assente em pré-compreensões da natureza humana) ou sofisticado (fundado na inalterável anarquia do sistema inter-estatal) legado pelo realismo, e substituí-lo pela centragem num horizonte futuro, feito de maior universalismo e de maior diferença (Linklater, 1998: 16), e pela elaboração de quadros teóricos e de políticas substantivas e institucionais conducentes à transformação do presente indesejável naquele apetecido futuro. Abrir intelectual e cientificamente as RI supõe, por isso, recuperar o ideal emancipatório e transformador da modernidade como eixo central do discurso sobre o sistema internacional. E, com isso, retomar o projecto aristotélico da *polis*, como ordem ético-política potenciadora de uma vida boa e justa para todos os cidadãos (Neufeld, 1995: 9), agora a uma escala global.

Este é um projecto com duas dimensões distintas. Em primeiro lugar, uma dimensão epistemológica, que se traduz em reabilitar a teoria das RI como um discurso denso sobre o mundo. Em segundo lugar, uma dimensão substantiva, que se concretiza na formulação de uma nova agenda de investigação para as RI.

Ao conhecimento pretensamente neutral e objectivo professado pela tradição, o pensamento crítico opõe um conhecimento política e eticamente orientado para a transformação, uma epistemologia e uma ontologia assumidamente normativas, porque enunciadoras de uma ordem social e política alternativa à dominante (Devetak, 1995: 151). Isso supõe duas mudanças fundamentais: desde logo, a concepção da teoria das RI como um trabalho teórico constitutivo e não meramente explanatório, que não se limita a constatar exteriormente as regras do jogo, antes se envolve na respectiva crítica e transformação (Booth, 1996: 333); por outro lado, a fundamentação epistemológica e ontológica de uma nova imagem para as RI envolve uma ruptura com a tradicional tendência para buscar na acumulação de detalhes da «micro-história internacional» a base do conhecimento da realidade inter-estatal. A esse olhar arquivístico, tem que contrapor-se uma perspectiva macro-histórica, que capte as «mudanças sísmicas» ocorridas na consciência e na organização da

humanidade e as projecte para novos cenários no futuro (*idem*: 335).

Esta mudança profunda no terreno procedimental só fará sentido se se articular com a definição de uma nova agenda para as RI que materialize a sua vocação transformadora. A literatura crítica mais recente (Devetak, 1995: 166; Booth, 1995: 340; Booth, 1996: 333; Linklater, 1998) tem apontado três pilares para essa agenda renovada:

a) *Comunidade* – As RI da era pós-vestefaliana já não podem ficar confinadas à compreensão das relações inter-estatais. Compete-lhes construir uma problemática alternativa, que reequacione as noções de espaço, tempo e possibilidades sociais em que se tem fundado o senso comum (Gill, 1997: 5). O campo inter-estatal é apenas um aspecto específico da comunidade global, pelo que «a compreensão do mundo dos Estados tem que ceder a primazia à compreensão do estado do mundo» (Booth, 1996: 333).

Por isso, se a tradição nos legou um estado-centrismo absoluto, é tempo de romper com esse «projecto totalizador» e aceitar como tarefa científica primordial o desenvolvimento de quadros conceptuais mais complexos que captem as novas formas de comunidade política. Não se trata de um simples ajustamento técnico da escala dos conceitos à escala dos problemas (ambientais, demográficos, de distribuição da riqueza, etc.), mas sim da constatação de que o Estado moderno não dá resposta satisfatória às exigências simultâneas de universalidade ética e de respeito pela diferença cultural (Linklater, 1998: 17). A superação do Estado como comunidade moral limitada é, pois, também a denúncia de que a oposição entre cosmopolitismo e comunitarismo é falsa. A comunidade global não excluyente, que é referência matricial da nova agenda das RI, é feita de mais cosmoplitismo e de mais comunitarismo, na exacta medida em que a não exclusão impõe uma atenção acrescida às identidades sobrepostas em que cada um de nós hoje se reconhece.

b) *Segurança* – O realismo legou-nos umas RI obcecadas com a segurança, mas numa acepção hiper-restritiva, assente na equivalência plena entre segurança e preservação político-militar do Estado. Essa construção da segurança tem que ser compreendida como um produto anglo-americano, estatocêntrico e etnocêntrico, masculinista e militarista (Booth, 1996: 335). A abertura das RI e o seu comprometi-

mento com a transformação do estado do mundo e da imagem do mundo exigem uma reconstrução do conceito de segurança. Essa é uma consequência directa da mudança ontológica, do exclusivismo inter-estatal para a comunidade humana global, porque esta mudança transporta consigo a obrigatoriedade de resposta a algumas perguntas básicas essenciais, sem resposta satisfatória da tradição realista: quem fica seguro com a ordem dominante, contra quem, em que moldes?

Centrar a agenda das RI na construção da *polis* global acarreta a compreensão dos novos cismas (Klare, 1996: 353) que atravessam a comunidade humana e estão a configurar uma nova cartografia da segurança internacional apoiada em quatro tensões fundamentais: tensão económica, tensão sócio-cultural, tensão demográfica e tensão ambiental. Perante este quadro, é preciso abandonar o entendimento da segurança como um monopólio da estratégia inter-governamental e centrar o discurso das RI sobre o conceito de (in)segurança humana e sobre essas «novas» ameaças à consolidação da *polis* global. Não se trata de ignorar que a guerra e a violência inter-estatal continuam a constituir uma questão central, mas tão-só de ter em conta que também – e cada vez mais – a pobreza, a educação, a opressão política, a negação da liberdade e a irracionalidade ecológica são desafios à emancipação das pessoas e dos povos.

c) *Emancipação* – São essas ameaças à consolidação da comunidade humana que as RI da era pós-positivista têm que tomar como eixos. O seu contraste com o ideal cívico da *polis* global traz para o centro do esforço teórico de abertura das RI a noção de emancipação: libertar os indivíduos e os grupos de todos os factores de opressão social, física, económica ou política e criar condições para uma relação e uma comunicação igualitárias.

É esta abertura das RI que vem tornando este campo discursivo num fascinante terreno de renovação teórica. Essa sedução chegará a Portugal?

Referências Bibliográficas

- Almeida, J. M. 1998 «A paz de Westefália, a história do sistema de Estados moderno e a teoria das Relações Internacionais», *Política Internacional*, 2(18), 45-78.
- Ashley, R. K. 1981 «Political Realism and Human Interests», *International Studies Quarterly*, 25(2), 204-236.
- Booth, K. 1995 «Dare to Know: International Relations Theory Versus the Future», in K. Booth; S. Smith (orgs.), *International Relations Theory Today*. London: Polity Press, 328-350.
- Booth, K. 1996 «75 Years on: Rewriting the Subject's Past – Reinventing its Future», in S. Smith et al. (orgs.), *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 328-339.
- Calvet de Magalhães, J. 1995 *Diplomacia pura*. Lisboa: Bertrand.
- Cox, R. 1981 «Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory», *Millenium*, 10(2), 126-155.
- Cravinho, J. G. 1998 «O vácuo no centro: reflexões sobre o conceito de poder na tradição realista», *Política Internacional*, 2(18), 21-43.
- Devetak, R. 1995 «Critical Theory», in S. Burchill et al. (orgs.), *Theories of International Relations*. New York: St. Martin's Press, 145-177.
- Gaspar, C. 1991 «Já não se pode fazer a guerra em paz?», *Política Internacional*, 1(3), 43-58.
- Gaspar, C. 1998 «A Rússia e a segurança europeia», *Nação e Defesa*, 2(84), 61-75.
- George, J. 1994 *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner.
- Gill, S. 1997 «Transformation and Innovation in the Study of World Order», in S. Gill; J. Mittelman (orgs.), *Innovation and Transformation in International Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 5-24.
- Hoffman, M. 1989 «Critical Theory and the Inter-Paradigmatic Debate», in H. Dyer; L. Mongasarian (orgs.), *The Study of International Relations*. London: Macmillan.
- Hoffman, S. 1977 «An American Social Science: International Relations», *Dædalus*, 106, 41-60.
- Klare, M. 1996 «Redefining Security: the New Global Scisms», *Current History*, 95(604), 353-358.
- Linklater, A. 1996 «The Achievements of Critical Theory», in S. Smith et al. (orgs.), *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 279-298.
- Linklater, A. 1998 *The Transformation of Political Community. Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Columbia, University of South Carolina Press.
- Moreira, A. 1997 *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

- Neufeld, M. 1995 *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pureza, J.M. 1998 «O lugar do Direito num horizonte pós-positivista», *Política Internacional*, 2(18), 79-91.
- Rato, V. 1991 «Crise do Golfo: a ordem a partir do caos», *Política Internacional*, 1(3), 23-41.
- Rato, V. 1998 «Mas são mesmo mais pacíficas?», *Política Internacional*, 2(18), 93-114.
- Rothstein, R. 1972 «On the Costs of Realism», *Political Science Quarterly*, 87(3), 348-362.
- Santos, V. M. 1996 «A 'Nova Ordem Mundial'. O conceito e a perspectiva», in AAVV, *Conjuntura Internacional 1996*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva Fernandes, M. 1991 «Regimes internacionais de segurança», *Política Internacional*, 1(3), 1-22.
- Smith, S. 1996 «Positivism and Beyond», in S. Smith *et al.* (orgs.), *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 11-44.
- Teixeira, N. S. 1998 «A União Europeia como actor internacional: a política externa da União Europeia», *Nação e Defesa*, 2(85), 119-135.
- Vasconcelos, A. 1995 *A integração aberta. Um projecto da União Europeia e do Mercosul*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Wæver, O. 1998 «The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations», *International Organization*, 52(4), 687-727.
- Waltz, K. 1959 *Man, the State and War*. New York: Columbia University Press.
- Wight, M. 1966 «Why Is There No International Relations Theory?», in H. Butterfield; M. Wight (orgs.), *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. London: Allen & Unwin, 17-34.